

Fusão dos fiscos:

AFRFs querem participação ativa no debate



O barco da fusão dos fiscos já zarpou, mas os servidores das instituições envolvidas no processo permanecem à deriva, sem informações concretas e objetivas de qual rota será adotada pelo governo para tentar concretizar esta reforma da administração tributária. A reunião de fevereiro do CDS deu passos decisivos para que os AFRFs possam assumir seu papel no leme desse ainda obscuro projeto — obscuro, mas, ao que parece, adiantado. Porém, ainda é tempo de assumir o leme e assegurar que esta proposta de mudança navegue no rumo do interesse público e da valorização dos AFRFs (páginas 3 a 6).

"Caso Warm":

CDS aponta responsabilidades de três diretores

Pagamentos indevidos, irresponsabilidade na utilização dos recursos dos associados e erros nos serviços da empresa Warm. Essas foram as constatações da Comissão Independente de Auditoria, instituída pelo

CDS para apurar fatos relativos ao processo de execução do reajuste de 28,86%. Após quatro meses de trabalho, o relatório foi aprovado numa reunião tensa, que dedicou 20 horas ao debate da questão (páginas 7 a 10).

Afinal, o que aconteceu com os cálculos do perito Asclepiades?

(Páginas 11 e 12)

A lição da madrugada

Foi uma longa madrugada. Por volta das seis horas da manhã do dia 15 de fevereiro, era anunciado o nome do novo presidente da Câmara dos Deputados. Após 15 horas de votações, estava sacramentada a maior derrota política já sofrida pelo atual governo: com 300 votos cravados, Severino Cavalcanti (PP-PE), o “herói do baixo clero”, derrotara o candidato oficial, Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP).

O que jazia sob os escombros da longa madrugada não era (só) a candidatura Greenhalgh, mas um símbolo da opção adotada pelo PT-governo. O “tsunami” era apenas alegoria de todo um processo.

Quem perdeu a eleição para Severino Cavalcanti não foi o ex-presidente da Comissão de Constituição e Justiça — aquele que conduziu com impiedosa lealdade governista a apreciação da Reforma da Previdência. O Greenhalgh derrotado era o advogado de presos políticos, firme opositor da ditadura, defensor dos Direitos Humanos, odiado pelo contingente conservador que o go-

verno tenta seduzir. A vítima da “elite ingrata” foi o conjunto de qualidades do que outrora caracterizou o petismo e que galvanizou as esperanças traídas de tantos brasileiros.

“A direita existe no Brasil, mais além do governo Lula, por dentro e por fora do governo Lula, na situação e na oposição ao governo Lula, antes e depois do governo Lula. A direita sofre alguns sustos, mas soube, até aqui, superá-los, se reorganizar e reafirmar sua força, sua unidade e seu perfil”, afirma o sociólogo Emir Sader em recente artigo para o *site* Outro Brasil.

A eleição de Cavalcanti é só mais uma prova desta realidade: ao abrir mão de seu programa e ao renegar toda uma trajetória, o governo petista volta a ser lembrado de que não há afagos que cooptem as elites. Do velho petismo, o governo hoje só conserva a condição de apanhar dos que antes combatia e hoje adula sem pudor. E é cada vez mais tarde para sentir saudade dos milhões de iludidos que deixou pelo caminho.

Mas, por mais saborosa que seja a revanche, não há muito o que comemorar. A vitória do conservador Severino Cavalcanti — uma rebelião assegurada pelo voto secreto — leva à presidência da Câmara um integrante da base aliada muito mais afeito às chamadas “questões corporativas” dos parlamentares que aos grandes debates nacionais. Representa uma lavada de alma para o que, nos corredores do Congresso, se apelidou de “vereança federal”: mandatos muito mais centrados nas questões locais, na liberação de verbas, nas agendas das paróquias.

A derrota do candidato oficial poderia favorecer a desejada independência do Legislativo em relação ao Executivo. Poderia significar o pleno exercício das funções parlamentares: promover o verdadeiro debate dos projetos que interessam ao país. Mas, na “hora do vamos ver”, não se deve ter a ilusão que os vitoriosos desafinem do fisiologismo e resgatem seu papel. O cenário aponta que o rolo compressor deverá permanecer o mesmo. Só que bem mais caro.

O **Agente Fiscal** é uma publicação mensal da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do **Unafisco Sindical** - Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal. **Presidente:** Alexandre Teixeira. **Vice-Presidente:** Vera Teresa Balieiro A. da Costa. **Secretário-Geral:** Aelio dos Santos. **1º Sec. de Finanças:** José Carlos Sabino Alves. **2º Sec. de Finanças:** Cátia da Silva Beserra. **Sec. de Assuntos Jurídicos:** Lenine Alcântara Moreira. **Sec. de Defesa Profissional:** João Luiz Teixeira de Abreu. **Sec. de Atividades Especiais:** Carlos Eduardo dos Santos Baptista. **Sec. de Ass. de Aposentados:** Lenilson Moraes. **Cons. Fiscal:** José Afonso Silva Ramos, Nelson dos Santos Barbosa, Isaias Soares. **Suplentes:** Alzena Costa do Rego Barros, Ney Roberto Luiz Coelho, Fernando Moretzsohn de Andrade. **Cons. Editorial:** Alexandre Teixeira, Vera Teresa Balieiro A. da Costa, Cátia da Silva Beserra, José Carlos Sabino Alves, Aelio dos Santos Filho. **Coordenação editorial, Reportagem e Edição:** Cyntia Campos (MTb 1394). **Diagramação:** William Aguiar. **Fotos:** Arquivo Unafisco/Alvacir Guedes/Katja Polissení. **DS/RJ:** Rua Debret, 23 - salas 401/405 - Centro. CEP: 20030-080. **Fone:** (21)2262-3827 / 2220-6782 (fax). **E-mail:** jornalismo@unafisco-rj.org.br **Site:** www.unafisco-rj.org.br Distribuição Gratuita, circulação local. Tiragem: mil exemplares. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

É hora de assumir o leme

Agora é oficial. No final de janeiro, durante uma oficina do Fórum Social Mundial, finalmente um representante do governo, frente a frente com o Unafisco, admitiu que já está em andamento um projeto de unificação dos Fiscos. No encontro, o secretário de Políticas Governamentais da Casa Civil, Luiz Alberto dos Santos, revelou que o barco do que vem sendo chamado de “super — ou mini? — Receita” já havia zarpado: o processo já se encontra em uma “segunda fase”. O “primeiro passo”, segundo ele, teria sido a criação da Secretaria da Receita Previdenciária.

“Não é segredo para ninguém que a SRP foi o primeiro passo para igualarmos as estruturas da Receita e da Previdência, com o objetivo de criarmos um órgão único”, afirmou Santos. Segundo ele, a criação da Gifa e a decisão de alguns “investimentos essenciais”, que já estariam em curso, também fazem parte deste “estágio preparatório” da unificação. E mais: um grupo técnico, interno à Receita Federal, teria sido criado pelo ministro Palocci para estudar as mudanças na legislação necessárias à fusão.

“Cardápio”- Santos revelou que ainda não está definido o status institucional da nova administração tributária. Ele citou o que chamou de “cardápio de alternativas”: a criação de um ministério específico, ou de um órgão subordinado diretamente à Presidência da República ou, ainda, de uma estrutura ligada a um ministério — “possivelmente a



Não era segredo? A categoria só foi informada oficialmente de que a fusão está em curso durante a oficina “A Nova Administração Tributária”, realizada em 28 de janeiro, no Fórum Social Mundial.

Fazenda” — mas com “autoridade e autonomia” para exercer suas funções.

Ele não descartou a criação de uma autarquia, embora afirmasse que, em sua opinião pessoal, esta alternativa seria “inconveniente” e de “baixíssima efetividade” para a missão institucional da administração tributária.

A ver navios- Para a maioria dos AFRFs presentes à oficina “A Nova Administração Tributária”, palco das revelações, ficou a sensação de que o barco não só zarpou, como já está em alto mar. A categoria, entretanto, permanecia a ver navios: apesar da alardeada “agenda de visitas” de alguns membros da DEN ao primeiro escalão de governo — os famosos “três ministros em 40 dias” — foi só no encontro com Luiz Alberto dos Santos, no Fórum de Porto Alegre, que a categoria seria informada sobre o teor das mudanças tão profundas e radicais na instituição a que servem os AFRFs. Só no início de janeiro

os AFRFs tomaram conhecimento de que o assunto fora ventilado numa reunião, ocorrida em novembro, entre o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e membros da Direção Nacional do Unafisco. O fato sequer foi comunicado aos delegados sindicais, reunidos em Brasília na mesma data.

O diretor de Defesa Profissional da DS/RJ, João Abreu, já alertava sobre o projeto em curso desde o início de dezembro, quando foi o único AFRF presente a um seminário promovido, nas dependências do Congresso Nacional, pelo Sindireceita (técnicos da SRF) e pela Anfip, onde o mesmo Luiz Alberto dos Santos tratou da questão (veja páginas 11 e 12).

Ainda que se aceite o argumento de que “não podemos ser contra o projeto sem conhecê-lo”, isso não autoriza as lideranças a esperar pacientemente por seu anúncio. Pelo contrário, exige que o Unafisco busque as informações necessárias para in-

tervir no debate como interlocutor qualificado, não como platéia. A vice-presidente da DS/Rio, Vera Tereza Balieiro, lembra que a categoria tem longos anos de estudos sobre a administração tributária e tem todas as condições de contribuir num debate que vise ao aperfeiçoamento da mesma. “É no mínimo paradoxal que, justamente quem tanto fala em ‘diálogo’, fique mudo numa hora dessas”, afirma.

Assegurar participação- Vera considera que o grupo de trabalho criado pelo CDS para acompanhar o tema da fusão dos fiscos parte de um patamar privilegiado, que é o acúmulo que a categoria já tem sobre como é e como deveria ser a administração tributária. “Nossa tarefa agora é assegurar canais concretos de interlocução com o governo. Diálogo significa ouvir e falar e nossa categoria, sem dúvida, tem muito o que propor quando o assunto é o funcionamento de nossa instituição”. A DS/Rio já começou a trabalhar: o grupo de estudos sobre a fusão dos Fiscos organizado pela DS teve sua primeira reunião no dia 22 de fevereiro. E, anexo a esta edição, os colegas receberão um estudo elaborado pelo AFRF Átila Gomes sobre o tema, que a DS distribui com o intuito de estimular o debate.

Portanto, não há mais tempo a perder. “Sem preconceito ou mania de passado, sem querer ficar do lado de quem não quer navegar”, como diria Paulinho da Viola, cabe ao Unafisco ouvir a categoria, sistematizar propostas e se fazer ouvir. Afinal, é o Sindicato o canal de expressão de quem conhece o tema e, não por acaso, é autoridade na matéria.

Carreira:

Uma “Escolha de Sofia”?

Foto: Arquivo Unafisco



João Abreu: “A fusão ou a extinção seriam igualmente catastróficas para a categoria”.

Pense rápido: fusão ou extinção? A “escolha de Sofia” começa a se desenhar para a categoria. “Uma das alternativas para o quadro de pessoal do novo órgão seria a criação de uma nova carreira, em substituição às atuais de auditoria da Receita, da Previdência e do Trabalho”, revelou Luiz Alberto dos Santos à platéia da oficina “A nova Administração Tributária”, frisando que há limites legais para a migração, sem concurso público, para essa nova carreira.

“O resultado disso é que AFRFs, AFPs e AFTs se tornariam carreiras em extinção, desvalorizadas, até que o último de nós se aposentasse”, alerta o diretor de defesa Profissional da DS/Rio, João Abreu.

Cortejo fúnebre - João destaca a mudança no discurso de Luiz Alberto dos Santos, que em 2 de dezembro do ano passado, no seminário realizado pela Anfip

e pelo Sindireceita, sugeria a possibilidade de fusão dos cargos de AFRF e de TRF AFP e AFT, com respaldo em duas decisões do Supremo Tribunal Federal. “Até aquela data, o risco era um *trem da alegria*. Agora nos assombra a possibilidade de um cortejo fúnebre para as atuais carreiras de auditoria”.

O diretor da DS/Rio lista os prejuízos de se pertencer a uma carreira em extinção. Além da desvalorização e do desprestígio, a natural redução do quadro — decorrente das aposentadorias — relegaria os remanescentes a um abandono cada vez maior. A perspectiva de extinção é tão sombria que João até arrisca um palpite: “Quem sabe o aceno não tem o objetivo de nos fazer aceitar com mais docilidade a fusão, inclusive com os TRFs, que passaria a ser encarada como um mal menor?”.

VISITE O SITE DA DS/RJ
www.unafisco-rj.org.br

Previc: um alerta

No penúltimo dia de 2004, a edição da MP 233 fez soar o alerta: a medida institui a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), uma autarquia de natureza especial, e enfraqueceu os argumentos de quem acreditava que, se o governo ascendeu o INSS ao status de secretaria, estaria descartada a hipótese de o projeto de fusão dos Fiscos optar pela via da autarquização. Na Previc estarão lotados auditores-fiscais da Previdência, privados da prerrogativa de lançamento, e, ainda por determinação da MP, caberá à diretoria colegiada da nova autarquia decidir sobre as aplicações de autos de infração propostos pelos AFPs.

Diz a sabedoria popular que “ao ver arderem as barbas do vizinho, cabe colocar as próprias de molho”. Mais que nossos “vizinhos”, os auditores da Previdência são, como os AFRFs, regidos

pela mesma Lei 10.593. Entretanto, com a MP 233, as atribuições dos AFPs foram “*flexibilizadas*”, já que o texto alterado da Lei 10.593 fala em “lavrado auto de infração ou propor a sua lavratura”. “Na Previc, o auditor concursado passará a mero relatorista ou proponente”, alerta Vera Tereza Balieiro, vice-presidente da DS/Rio. A decisão final caberá à diretoria da autarquia, como já acontece no Banco Central. “No caso dos AFPs que atuem na nova Secretaria da Receita da Previdência (SRP), a prerrogativa de lançamento torna-se *facultativa*”.

Para Vera, a flexibilização das atribuições de uma carreira tão próxima à dos AFRFs reveste-se ainda de maior perigo quando o governo anuncia a intenção de unificação dos Fiscos. “Nesta nova configuração de administração tributária, será que é intenção do governo manter intactas as atribuições dos AFRFs,

que estariam lotados na mesma estrutura dos AFPs?”. Ela lembra que as atribuições dos AFRFs já estiveram na mira do governo anterior, que, por meio do Projeto de Lei 77/99, pretendeu retirar a prerrogativa de lançamento da categoria. E esta tentativa andou, *pari passu*, com o projeto de autarquização da SRF. O PL foi derrubado no Congresso, em 2000, após grande mobilização do Unafisco.

“Naquele momento, o Sindicato teve a capacidade de unir a categoria, debater a fundo o projeto e mobilizar os AFRFs para combatê-lo”, lembra a vice-presidente da DS/Rio. Ela enfatiza que, embora ainda não haja uma definição clara sobre como será a chamada “super-Receita”, não é sábio nem prudente aguardar passivamente que o governo anuncie o pacote. “Temos que estar presentes no debate prévio à definição do projeto. É isso que é ser propositivo”.

Reunião com Rachid:

Encontro traz poucos avanços no esclarecimento do projeto

O primeiro encontro entre o Unafisco Sindical e a administração da SRF para tratar do projeto de unificação dos Fiscos foi realizada no dia 21 de fevereiro e contou com a presença de representantes da DEN e do presidente da Mesa Diretora do Conselho de Delegados Sindicais, Alexandre Teixeira. “É positivo que o SRF tenha se disposto a conversar, ainda que a reunião não tenha avançado no esclarecimento do quê, afinal, seria essa reestruturação da administração tributária”, revela Alexandre.

Para aplacar a grande inquietação quase unânime na categoria, Rachid fez questão de declarar que a autarquização da Receita e a retirada da Aduana não estão sendo tratadas na SRF. Neste momento, foi lembrado que decisões como essas podem estar em outra esfera de governo. Rachid descartou a reivindicação dos AFRFs de participarem das discussões em torno das mudanças, afirmando que, “após serem tomadas as decisões políticas”, as representações dos servidores serão

chamadas a dialogar. Rachid não confirmou o funcionamento do grupo de trabalho criado pelo ministro Palocci para preparar a Receita Federal para a unificação dos Fiscos — a existência deste grupo foi revelada pelo secretário de Políticas Governamentais da Casa Civil, Luiz Alberto dos Santos, durante o Fórum Social Mundial.

Atrás do prejuízo - Para Alexandre Teixeira, o principal saldo do encontro é uma sinalização clara de que o governo não aceitará com facilidade a participação das catego-

rias afetadas na elaboração do projeto de unificação. Ele questiona o método escolhido para a condução do processo, com a exclusão dos AFRFs e demais servidores das discussões. “Se ainda restava alguma dúvida, a reunião demonstrou cabalmente que a passividade adotada até aqui não vai nos assegurar o diálogo que todos nós queremos”.

Segundo o presidente da Mesa do CDS, o desafio agora é correr atrás do prejuízo: “O projeto está sendo formulado e, se não nos mobilizarmos, vamos receber um pacote pronto, e estaremos desarmados para resistir”. Ele con-

“Não é com a passividade que vamos assegurar o diálogo que tanto queremos”

(Alexandre Teixeira)

sidera que a relutância do governo em tocar o processo com transparência, informando corretamente os servidores e a sociedade sobre seu conteúdo, é um sintoma preocupante. Para ele, caberá aos AFRFs ter muito claro qual o projeto da categoria para a instituição.

“Vamos ter que ser propositivos e também teremos que ter força para nos fazer ouvir”. Alexandre acredita que o início da discussão “para valer” será o seminário sobre o tema, promovido pelo Unafisco, e o grupo de trabalho aprovado pelo CDS. “A situação não é boa, mas este não é o primeiro desafio que os AFRFs enfrentam e vencem. Nossa categoria já obteve muitas conquistas graças à nossa credibilidade, unidade e capacidade de mobilização”.

Mudanças:

Seminário da DS/Rio dá início aos debates internos



A delegacia Sindical do Unafisco no Rio de Janeiro promove, no dia 10 de março, o primeiro seminário de AFRFs sobre as propostas de mudança na administração tributária e a fusão dos Fiscos federais. A iniciativa da DS segue a orientação do Conselho de Delegados Sindicais, que, em sua última reunião, aprovou a criação de um grupo de estudos e a realização de um seminário nacional sobre o tema.

Os riscos de autarquização, a importância da manutenção das atribuições e a resistência à fragilização dos auditores-fiscais como carreira de Estado estão entre os temas do seminário, que será realizado no Hotel Glória, ao longo de todo o dia 10. Os debates contemplarão também a importância da permanência da Aduana na administração tributária. Além disso, o evento buscará refletir sobre a concepção de tributação que vem sendo privilegiada por sucessivos governos, um modelo

que pretende prescindir de fiscais.

O evento do Rio será uma oportunidade para resgatarmos todo o acúmulo de reflexão e formulações que a categoria desenvolveu ao longo dos anos, além de partilhar com os colegas mais novos esta memória, que pertence a todos os AFRFs. Mas o seminário não pretende apenas o resgate: para dialogar com o governo, como tanto desejamos, é essencial que saibamos exatamente o que queremos para nossa carreira e para nossa instituição. O evento será uma excelente oportunidade para a categoria discutir, internamente, a fusão dos Fiscos.

ATENÇÃO: As inscrições para o seminário já estão abertas e podem ser feitas pelo e-mail semadmtrib@unafisco-rj.org.br ou pelo telefone (21) 2262.3827. Os interessados devem se inscrever o quanto antes, pois o auditório tem a capacidade máxima do auditório de 150 lugares.

CDS deflagra debate sobre fusão dos fiscos

Os AFRFs têm uma grande responsabilidade pela frente: intervir, de forma articulada e propositiva, no debate e na definição do que será o projeto de unificação dos Fiscos federais. O primeiro passo da empreitada foi dado na última reunião do Conselho de Delegados Sindicais, realizada em porto Alegre, no início de fevereiro. A realização de um seminário nacional sobre o tema — prevista para os dias 14, 15 e 16 de março — e a constituição de um grupo de estudos sobre as mudanças na administração tributária serão o início deste processo essencial à definição do futuro da carreira e da instituição a que servimos.

A reunião do CDS também apreciou e aprovou o relatório da Comissão Independente de Auditoria, criada pelo Conselho, para apurar as questões que envolveram a contratação da empresa Warm.

**UNAFISCO
SAÚDE**

Venha conhecer o site
www.unafiscosaude.org.br



Foto: Alvacir Guedes

Vera Balieiro: “Nossa tarefa agora é assegurar canais concretos de interlocução com o governo”.

“Caso Warm”:

Conselho aponta responsabilidades de três diretores

Pagamentos indevidos, irresponsabilidade na utilização dos recursos dos associados destinados à ação dos 28,86% e erros nos serviços prestados. São estas as conclusões da Comissão Independente de Auditoria, instituída pelo CDS para apurar os fatos relativos à contratação da empresa “Warm Brasil Assessoria Técnica de Cobrança SC Ltda” para cálculos e pareceres referentes às ações judiciais concernentes ao reajuste de 28,86%.

Foram quatro meses de trabalho, pilhas de documentos consultados, 15 testemunhas convocadas — 14 delas ouvidas — e inúmeras reuniões. O relatório final da Comissão foi aprovado por 31 votos contra 27 e uma abstenção, após mais de 20 horas de debates. Antes da deliberação, foram ouvidos os pronunciamentos dos integrantes da Comissão que, duran-

te duas horas e meia, apresentaram o resultado de seu trabalho.

Em seguida, falaram por duas horas e cinquenta minutos o primeiro-vice-presidente do Unafisco, Marcello Escobar, e os diretores Pedro Delarue e Francisco Gianico, contrapondo-se às conclusões da comissão. Ana Mary Carneiro e Maria Lúcia Fatorelli, totalizando duas horas, apresentaram também suas argumentações. Houve réplicas e tréplicas, questionamentos e intervenções do plenário. Além disso, o CDS ouviu membros da antiga diretoria, como a AFRF Izabel Vieira, cuja perícia para revisar cálculos contábeis sofrera uma tentativa de desqualificação de membros da atual DEN (veja página 11).

Centralização- A Comissão Independente chegou a cinco conclusões. A primeira, de que “houve falhas administrativas rele-

vantes nos procedimentos de contratação da Warm”, pela “centralização das decisões de quais serviços seriam prestados; de quem os prestaria; do valor dos serviços prestados; das obrigações de cada parte; do envio de dados e documentos; do recebimento e controle dos serviços prestados, todos exclusivamente nas mãos do sr. Mauro Silva”. A exceção a essa centralização foi a participação de Francisco Gianico em uma única reunião de negociação com a empresa, ainda antes da sua posse como diretor financeiro da DEN. Somando-se a falta de um contrato formal detalhado, entendeu a comissão que não foram tomadas as precauções necessárias para dar segurança e transparência aos atos praticados.

Qualidade dos cálculos -

Nas conclusões 2 e 3, a Comissão apontou erros graves em todos os serviços de recálculos e cálculos efetuados pela Warm. No serviço – contratado com a justificativa de facilitar o entendimento do juiz – que tinha como objetivo demonstrar os valores (já anteriormente calculados pela empresa CCL) a implantar em folha para cada AFRF, o perito Bulgarelli (Warm) chega a números diferentes daqueles que pretendia explicitar. Além disso, os seus próprios cálculos não fecham matematicamente. E, o mais grave, a reconhecida mudança de metodologia pode colocar em risco a causa de cada AFRF na Justiça. Já no cálculo de atrasados de 2001/2002, “os valores demonstrados pelas planilhas individuais (analíticas e de correção monetária) não correspondem aos valores da lista juntada ao pedido inicial. Nenhum valor coincide, pois os valores na lista inicial são invariavelmente maiores”, em função de faltar, “em todos os demonstrativos individualizados de cor-

reção monetária, o mês de janeiro de 2002”, revela o relatório.

Apesar dos erros, Mauro Silva “não tomou nenhuma providência no sentido de evitar o pagamento de tais serviços, uma vez que estes não estavam corretos”, apurou a comissão. Ao contrário, em julho de 2004, três meses depois de constatar esses problemas, o diretor “atestou nas notas fiscais 687, 688 e 689 o recebimento de cálculos” para que os mesmos fossem pagos.

Pareceres desnecessários -

A Warm também foi encarregada de elaborar pareceres — novamente,

A Comissão Independente concluiu, portanto, que o pagamento intentado pelo vice era indevido.

não solicitados pelos advogados da causa — para acompanhar os processos de execução de atrasados do período de 93/2000. Uma diligência realizada pela Comissão revelou que “os pareceres apresentados nos vários grupos muito pouco diferem entre si”, o que levou à conclusão: “Os pareceres contratados, aos quais foi atribuído um preço individual são, na realidade, um único trabalho”, que custou ao Sindicato R\$ 450 por “unidade”, o que resultaria num custo total de R\$ 550 mil, caso o CDS de Setembro de 2004 não tivesse interrompido este serviço quando já tinham sido entregues 592 pareceres, de um total de mais de 1200.

O advogado Domingos Primerano, sócio do patrono da ação, Eduardo Piza, assim descreveu esse

“serviço” da Warm: “Com todo respeito, não me pareceu nem parecer, nem muito menos técnico, porque incapaz de responder a qualquer dos itens articulados pela União atinente aos créditos reclamados.” Ainda assim, Mauro Silva, destinatário do alerta, preferiu desconsiderá-lo.

Os cheques - Em 27 de abril de 2004, a presidente do Unafisco cancelou um cheque, já assinado por um dos diretores financeiros, no valor de R\$ 77,6 mil. O cheque destinava-se a pagar serviços da Warm que, segundo Maria Lúcia, não estavam cobertos por contrato. Apesar disso, 14 dias depois, em 11 de maio, Marcello Escobar e Francisco Gianico assinariam outro cheque, no valor de R\$ 84,4 mil, para pagar os mesmos serviços questionados pela presidente. Esta, ao tomar conhecimento dos fatos, sustou o cheque. Escobar justificou sua atitude como um desafio “aos desmandos da presidente”, no contexto de uma “disputa política”. Além dele, Gianico assinou o cheque como diretor financeiro.

Ocorre que o Unafisco somente deveria pagar à Warm os cálculos cujos beneficiários efetivamente autorizassem a execução. A determinação de Escobar, porém, ocorreu antes desta autorização e baseou-se numa “estimativa” de que “70% dos beneficiários dos 28,86% deveriam executar” a ação. A Comissão Independente concluiu, portanto, que o pagamento intentado pelo vice era indevido. O Departamento Jurídico do Unafisco, num parecer, corrobora a posição, citando a “não-ocorrência da efetiva prestação de serviços”. Para a Comissão, “Marcello Escobar pagou duas notas fiscais no valor de R\$ 75.000,00 para marcar posição na disputa política com a Maria Lúcia Fattorelli e que este pagamento era completamente indevido”.

Clima tenso marcou a reunião

Um tapa certo, outro que passou raspando e uma grande quantidade não recenseada de empurrões. Não teve sangue, mas é inegável que a categoria dos AFRFs saiu bastante machucada do “protesto” protagonizado por alguns dirigentes sindicais, insatisfeitos com o resultado de uma votação ocorrida durante a última reunião do CDS, nos dias 1º, 2 e 3 de fevereiro, em Porto Alegre. Contabilizados os danos, restou uma fratura exposta: “O grupo majoritário na direção do Unafisco agiu como se só aceitasse a democracia quando esta lhe é favorável”, lamentou o presidente da Mesa do CDS, Alexandre Teixeira.

O estopim do tumulto, cujo áudio consta das gravações do CDS, foi a aprovação — após quatro tentativas de contagem de votos e uma recontagem — de uma das duas ressalvas do Conselho de Delegados Sindicais ao relatório da Comissão Independente de Auditoria que apurou irregularidades na contratação e nos serviços da empresa Warm. Serenados os ânimos, nova recontagem de votos, solicitada pelos insatisfeitos, confirmou a aprovação da proposta, por 29 votos contra 28.

Ressalva - O texto isenta de responsabilidade (apontada no relatório da Comissão) a presidente e a segunda vice-presidente da DEN, Maria Lúcia Fattorelli e Ana Mary Carneiro, destacando a atuação da primeira para a realização das apurações e o fato de ambas não terem participado diretamente da condução do processo dos 28,86% e de não terem sido corretamente informadas, nos meses

Foto: Katja Polisseni / Arquivo Unafisco



Após 20 horas de discussão, o CDS aprovou o relatório da Comissão Independente de Auditoria

que antecederam a crise que levou à ruptura interna na DEN e às investigações.

Além disso, o documento aprovado confirma as responsabilidades, apontadas no relatório da Comissão, dos diretores Mauro Silva, Francisco Gianico e Marcello Escobar. “Agiram os senhores citados por sua conta e risco”.

Confirmação do Relatório - O CDS rejeitou várias outras propostas de ressalvas ao relatório, apresentadas pelo diretor de Assuntos Parlamentares da DEN, Pedro Delarue, e pelo 1º vice-presidente, Marcello Escobar. A primeira proposta afirmava que o pagamento feito por Marcello Escobar, mediante o cheque posteriormente sustado pela presidente Fatorelli, não seria indevido, ao contrário do que atesta o relatório da Comissão de investigação. Outras três proposições rejeitadas pretendiam que o CDS isentasse de responsabilidades os diretores Mauro Silva, Marcello Escobar e Francisco Gianico. Além disso, o CDS rejeitou, por 33 votos a 11, uma “moção de desagravo à honra de Marcello Escobar”, proposta

por Marcello Escobar. O primeiro vice-presidente da DEN também apresentou moções com o mesmo teor referentes aos diretores Francisco Gianico e Mauro Silva, ambas igualmente rejeitadas por 33 votos a 10 e 33 votos a 9, respectivamente.

“Não só foi destinado amplo espaço para contestação nas mais de 20 horas de debate, só neste CDS, como também foi dada ampla oportunidade de retificação das conclusões do relatório da Comissão”, ressalta o presidente do CDS.

Adereços - Durante a maior parte da reunião do CDS, o vice-presidente Marcello Escobar desfilou com duas alentadas pastas contendo papéis diversos — os adereços cênicos, felizmente, não foram usados na cena de pugilato. Inconformado com a rejeição das propostas apresentadas por ele e Delarue, Escobar interrompeu os trabalhos do CDS para “comunicar um fato gravíssimo”. Segundo ele, o ex-presidente do Unafisco, Paulo Gil, teria “contratado a própria esposa” para prestar serviços ao Sindicato, realizando um

vídeo exibido no Conaf 2002.

Relatos das comissões organizadoras dos Conafs 2000 e 2002 desmentiram as acusações, afirmando ser de responsabilidade daquelas comissões a contratação e restabelecendo a ordem cronológica dos fatos: Paulo Gil casou-se com a produtora de vídeo Guirlanda Benevides em 2003, após tê-la conhecido exatamente no curso de sua prestação de serviço ao Unafisco. A continuidade desta discussão foi submetida ao plenário e rejeitada — apenas um delegado votou a favor.

Ainda assim, Escobar distribuiu aos presentes um suposto “dossiê”: algumas notas fiscais e inúmeras contas telefônicas referentes ao celular usado por Paulo

Gil enquanto ocupou a presidência da entidade.

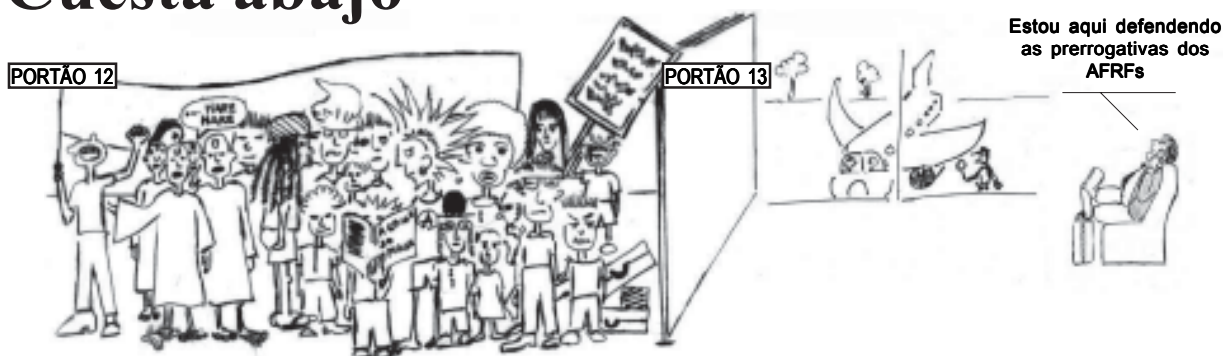
Democracia — Além de protagonizar a lamentável cena de intimidação e agressão, jamais vista no Unafisco, a parte majoritária da DEN insiste em não cumprir a deliberação do CDS, que determinou o envio dos documentos aprovados aos associados. Condiciona a remessa à inclusão do relatório dos diretores da DEN — Pedro, Marcello e Francisco — que objetivava convencer os delegados sindicais a rejeitar o relatório da Comissão. “Se insistirem em desrespeitar a decisão do CDS e, portanto, o estatuto, que, pelo menos, juntem as réplicas da Comissão a fim de que as suas considerações não sejam tidas como

verdadeiras e não contestadas”, afirma Alexandre.

A última proposta referente ao “Caso Warm” apreciada pelo CDS tratava do pedido de *impeachment* do diretor jurídico do Unafisco, Mauro Silva. Os AFRFs Pedro Delarue, Tadeu Matosinho e Iranílson Brasil encaminharam contra. “A democracia é um esforço permanente de respeito às regras do jogo. Ainda que, circunstancialmente, pudéssemos aprovar uma medida como aquela, estaríamos ferindo o nosso estatuto. Democracia não é só fazer valer a vontade da maioria. É respeitar os pactos que originam as organizações”, enfatiza Tadeu, para quem a aplicação de uma punição deve ser precedida do amplo direito de defesa.

Bola fora:

Cuesta abajo*



O embarque era para Buenos Aires, mas não há letra de tango que descreva a cena protagonizada, na manhã do último 4 de dezembro, pelo vice-presidente da DEN, Marcello Escobar, no Aeroporto de Brasília. Cansado, “há 15 dias sem ver a família”, o sindicalista resolveu “ficar por ali, descansando” no portão 13, de onde partiria o vôo da Varig RG - 8634, com destino à capital argentina.

Alertado por um agente de proteção da Infraero de que a área estava isolada (“esterilizada”) para acesso exclusivo dos passageiros in-

ternacionais, Escobar fez ouvidos moucos, o que levou à intervenção do agente da Polícia Federal Hercílio Azevedo Aquino. Relata o APF — tratado como “simples agente”: “O *pax* (passageiro) teria se identificado rapidamente, com rispidez e arrogância, que seria auditor-fiscal da Receita Federal. Alegou que era autoridade máxima e que iria adentrar naquela área, como o fez”. Segundo o vice-presidente, sua presença na área se justificaria por sua “jurisdição nacional” sobre “recintos alfandegados”.

Alegou, ainda, estar no “exer-

cício de mandato classista”, portanto, “24 horas a serviço” da categoria. Alertado de que cometia uma falta grave (Portaria Conjunta SRF/DPF/Infraero nº 01 de 14/04/1998) e de que poderia ser processado por abuso de autoridade e por desacato a servidor público federal, o bravo sindicalista foi “tomar um cafezinho”. Questionado posteriormente sobre o fato, explicou que, mesmo sob o “risco de ser agredido”, lutou pela “defesa das prerrogativas constitucionais dos AFRFs”.

Não dá um tango, mas rende *libretto* de ópera *buffa*.

*Em bom português, pode ser traduzido como “ladeira abaixo”. É o título de um tango de Gardel. Os mais jovens devem lembrar da gravação de Caetano Veloso

Salvos pelo gongo

Má vontade, birra, negligência? O que teria inspirado o grupo majoritário da DEN a abandonar os cálculos dos 28,86% (atrasados de 2001/2001), após a ruptura do contrato com a Warm e sua substituição pelos peritos Kuser/Asclepiades? Entre setembro e dezembro de 2004, a empresa encarregada pela Assembléia Nacional de garantir o embasamento correto dos pleitos de mais de 10 mil AFRFs na justiça foi mantida no escuro, sem acompanhamento da DEN e sem contar sequer com as informações corretas para trabalhar.

Apenas com o retorno da presidente da entidade, Maria Lúcia Fattorelli, e a designação da AFRF Izabel Vieira (Novo Hamburgo) para explicitar a metodologia ao perito e para acompanhar os procedimentos, o processo voltaria aos trilhos, afastando o risco ao patrimônio de milhares de colegas envolvidos nas ações de execução do período. “Sou muito grata a Izabel pela grande dedicação que demonstrou assumindo a tarefa”, testa a presidente Fattorelli. “A empreitada exigia conhecimento técnico, que todos os AFRFs têm, mas também intimidade com a causa dos 28,86% e a memória de todas as mudanças ocorridas na nossa carreira. Mas o essencial era dedicação, e isso Izabel teve de sobra”.

Maria Lúcia Fattorelli prefere não especular sobre as motivações que levaram parte da diretoria a “lavar as mãos”. Ela afirma, porém, que, se as providências não tivessem sido tomadas a tempo, “um grande número de colegas sofreria graves prejuízos.”



A AFRF Izabel Vieira explicitou a metodologia, orientou o perito e corrigiu os cálculos. Nenhum colega será prejudicado

Explicação Precoce - Mas a direção do Unafisco não estava indiferente aos 28,86%. Ainda que não tomasse as providências para sanar os problemas — e evitar prejuízos aos AFRFs — um contingente de diretores estava debruçado em produzir o cartapácio precocemente intitulado “A verdade sobre os 28,86%”, apelidado de “páginas amarelas”. “Foi a grande surpresa que encontrei ao regressar”, recorda-se Fattorelli. “O documento trazia uma série de impropriedades e distorções”. A presidente conta que, embora estivesse à disposição do sindicato — trabalhando, inclusive, na edição da cartilha “Fiscais em Ação” — jamais foi consultada sobre o teor das “páginas amarelas”.

Convém lembrar que o calhamaço que pretendeu estabelecer “a verdade” sobre os 28,86% não foi baseado em qualquer sindicância interna ou sequer levou em consideração as apurações que vinham sendo feitas pela Comissão Independente de auditoria, que investigava o caso por determinação do CDS. “O documento é apenas uma versão, bastante

distorcida, dos fatos”, resume a presidente da DEN.

Esse documento, que chegou a casa dos AFRFs de todo o Brasil, defendia a contratação do perito Bulgarelli, da empresa Warm, e desqualificava o novo perito escolhido pela Assembléia Nacional de 12 de agosto de 2004, apontando erros em seu trabalho de cálculos e concluindo que o direito dos AFRFs estava em perigo — isso às vésperas de encerrar o prazo para a interposição das ações.

Alarme- Alguma verdade há nas “páginas amarelas”. Os cálculos estavam errados e o direito dos AFRF estava em perigo. Ocorre que o contrato com Asclepiades especificava que o Unafisco teria a responsabilidade exclusiva pelo “fornecimento de todos os elementos necessários à correta elaboração dos cálculos”, além de estar obrigado a designar “até dois membros de sua diretoria ou de seu corpo funcional” para acompanhar os procedimentos, “a eles cabendo o acompanhamento de todos os trabalhos e a verificação dos resultados obtidos, bem como a emissão de parecer quanto à re-

gularidade dos serviços prestados”. Após a conclusão dos trabalhos, estava previsto um prazo de 15 dias para a conferência dos cálculos. Só assim se consideraria cumprida a obrigação do perito Asclepiades.

Acontece que, em setembro de 2004, a presidente do Unafisco sofreu um grave acidente de carro, no interior da Bahia. Ela ficaria afastada de suas funções até o início de dezembro, período em que foi substituída pelo primeiro-vice, Marcello Escobar. “Quando voltei, fiquei muito alarmada com a condução do processo: não havia ninguém do Unafisco acompanhando os cálculos, assessorando os peritos”. Além disso, relata Fattorelli, o material que havia sido entregue a Asclepiades, um CD que seria uma “cópia idêntica” de dados fornecidos pela COGRH, sequer trazia os códigos das rubricas dos pagamentos.

Para piorar a situação, relata a presidente, uma “falha de informática” fora a senha para a quase paralisia do Sindicato em torno das providências exigidas para a conclusão dos cálculos: o programa fornecido pelo perito Asclepiades não permitia a impressão individual das planilhas. Embora dificultasse, a falha não impedia a conferência do trabalho que, ainda assim, ficou parado até dezembro.

Fora de perigo – O direito dos AFRF sobre os atrasados de 2001/2002 realmente correu grave perigo. Mas isso se deveu à incúria de parte da diretoria nacional. Tanto que, em menos de 40 dias, a colega Izabel Ruth Tamiozzo Vieira realizou o trabalho que deixou de ser feito no período de mais de dois meses de afastamento da presidente da DEN: explicitou a metodologia de

cálculos, orientou o perito e conferiu o trabalho. Conclusão: os cálculos errados foram substituídos pelos corretos e nenhum AFRF foi prejudicado.

Jogo de números – A parcela da DEN responsável pelas “páginas amarelas” afirma que o valor cobrado pelo perito Asclepiades foi superior ao que seria cobrado pelo Perito Bulgarelli. Num jogo de números, esqueceu-se de dizer, que, ao fixar o seu preço, o perito Bulgarelli contava com a cobrança de mais

A Comissão do CDS chegou a resultados concretos e que permitirão a correção de erros que ninguém conhecia, ou reconhecia.

de 8.400 cálculos (conforme documentos anexos às próprias “páginas amarelas”). Considerando que, na verdade, para quase metade deles o valor era de R\$50 – o valor de R\$40 nem chegou a ser praticado e seria aplicável apenas aos AFRFs que não haviam, à época do CDS de jul/04, recebido as planilhas em casa -, o total desse serviço seria de aproximadamente R\$370 mil. O serviço do perito Asclepiades custará R\$160,5 mil. Além disso, foram pagos ao Perito Bulgarelli, para esse serviço, mais de R\$100 mil, incluindo cálculos que sequer foram utilizados.

Quem cala consente – O pagamento de trabalho não utilizado se deveu ao erro na condu-

ção da execução do período de 2001/2002. Apesar de duas importantes decisões, nas ações do próprio Unafisco, contrárias a nossa tese de direito aos 28,86% após a reestruturação da carreira em junho de 1999, os AFRFs, que não foram informados dessas cruciais decisões, foram induzidos a executar esse novo período: o procedimento adotado pela DEN, até o CDS de julho de 2004, era de exigir manifestação expressa de quem NÃO quisesse executar. Ao contrário do procedimento relativo à 1993/2000, quem não se manifestasse estava autorizando tacitamente. O CDS citado modificou o procedimento, mas algumas ações já haviam sido ajuizadas. Embora tenha havido várias desistências, o serviço fora utilizado e, posteriormente, pago.

Daqui para frente – A diretoria da DS/RJ concorda com os colegas que lamentam o emprego de tanta energia nesse tema. Esperamos não termos que voltar a ele. Sobre os 28,86%, queremos abordar, daqui para frente, o andamento dos processos, o que será feito no próximo Agente Fiscal e em palestras, quando termos finalizado a coleta das informações necessárias.

Todavia, a responsabilidade dessa diretoria exigiu que se desse todas as explicações sobre os fatos relativos à contratação da empresa Warm. Trata-se da credibilidade do Unafisco junto aos seus associados. Embora muitos, para justificar a não apuração dos fatos ou para desqualificá-la, tenham tentado arrastar esse assunto para o campo da disputa política, a Comissão do CDS chegou a resultados concretos e que permitirão a correção de erros que ninguém conhecia, ou reconhecia.